

O TEXTO BIZANTINO NA TRADIÇÃO MANUSCRITA DO NOVO TESTAMENTO GREGO

Paulo José Benício (CPAJ)

RESUMO

Hoje em dia sustentam-se diversas versões quanto à história e utilidade do tipo de texto representado pelo imenso volume de manuscritos mais recentes do Novo Testamento. Por isso, para todo estudante que está em busca de meios no intuito de avaliar a evidência externa de certas variantes, é essencial trazer-se à baila a discussão concernente ao tipo de texto bizantino. Seu juízo a respeito do valor e utilidade dessa forma textual pode, muitas vezes, efetuar uma acentuada diferença em termos da preferência dada à versão impressa no texto ou a uma variante posta nas notas de pé de página das edições gregas do Novo Testamento. A pesquisa em que se alicerça este artigo objetiva evidenciar razões válidas para empregar o tipo de texto bizantino, como testemunho antigo e independente das fontes neotestamentárias gregas, na elaboração das atuais edições críticas.

PALAVRAS-CHAVE:

Crítica textual; Texto grego; Texto bizantino; Testemunho; Variantes.

INTRODUÇÃO

Os historiadores, arqueólogos e teólogos dispõem hoje de aproximadamente 5.500 manuscritos do Novo Testamento, quer parciais, quer completos, que podemos classificar em quatro modalidades básicas de texto. São eles o cesarense, o ocidental, o alexandrino e o bizantino. Os críticos textuais que buscam recuperar os autógrafos (documentos originais) do Novo Testamento grego têm lançado mão de dois tipos centrais de texto, a saber: o alexandrino e o bizantino.¹

No século XIX, vários foram os estudiosos que deram continuidade aos esforços de Brooke Foss Westcott e Fenton John Anthony Hort, privilegiando o texto alexandrino, não obstante a ferrenha opo-

¹ Os principais manuscritos do Novo Testamento grego são: (1) unciais letrados: Álefe - Sinaítico (séc. IV); A - Alexandrino (séc. V); B - Vaticano (séc. IV); C - Ephraemi Syri Rescriptus (séc. V); D - Bezae Cantabrigiensis (sécs. V e VI); (2) papiros: p⁴⁵ - Chester Beatty (séc. III); p⁴⁶ - Chester Beatty (c. 200 d.C.); p⁴⁷ - Chester Beatty (séc. III); p⁶⁶ - Bodmer II (c. 200 d.C.); p⁷⁵ - Bodmer XIV-XV (séc. III).

sição de John William Burgon, principal defensor do tipo de texto bizantino. A teoria de Westcott-Hort (WH, daqui em diante) baseia-se em argumentos divididos em cinco grupos, a saber: a genealogia, a confluência, o silêncio dos Pais, a recensão luciânica e a evidência interna de variantes. Propomo-nos aqui a avaliar essas bases, aproveitando principalmente as pesquisas de Burgon.

Não pretendemos defender nenhum posicionamento inflexível, seja a favor, seja contra qualquer tipo de texto. O que desejamos, ao questionar as teorias de WH, é despertar a atenção do estudioso para a utilização do texto bizantino na avaliação das diferentes variantes dos textos gregos atualmente publicados.

OS DIFERENTES TIPOS DE TEXTO DO NOVO TESTAMENTO GREGO

No decorrer do trabalho, serão vistas diversas opiniões que têm sido sustentadas quanto à classificação da imensa quantidade de manuscritos disponíveis do Novo Testamento. Daí considerarmos o texto bizantino essencial para qualquer estudioso atento às pesquisas mais recentes.

Antes de mais nada, é necessário entender que *bizantino* diz respeito ao tipo mais recente de texto, caracterizado em sua grande maioria pelos *unciais* (maiúsculos), *semi-unciais* e *minúsculos* gregos do Novo Testamento². Ele também é o tipo de texto encontrado na Peshitta Siríaca, nas versões góticas e nas extensas citações dos pais da igreja³, a partir de Crisóstomo.

Seu nome provém de onde se origina a maioria dos manuscritos desse tipo - o Império Bizantino. É nele que se baseia, entre outras, a versão da Bíblia para a língua portuguesa feita por João Ferreira de Almeida e publicada pela Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil.

O texto bizantino nem sempre tem gozado de prestígio, em es-

² O texto *bizantino* recebe diferentes denominações, entre elas: *siriaco* (WH), *oriental* (Semler), *asiático* (Bengel) e *tradicional* (Burgon).

³ Enquanto a tradição católica usa o termo *Padres da Igreja*, o cristianismo protestante chama de *Pais* os antigos escritores cristãos, especialmente aqueles situados até o séc. V d.C.

pecial pelo seu principal representante: o *textus receptus* (a segunda edição impressa do Novo Testamento grego preparada por Boaventura e Abraão Elzevir, na Holanda, em 1633). A maior parte dos estudiosos concorda em afirmar ser o *textus receptus* oriundo de manuscritos gregos medievais, em sua maioria bizantinos. Contudo, eles o criticam por acharem que se encontra demasiadamente distante dos autógrafos.

A quebra da hegemonia atribuída ao *textus receptus* ocorreu no século XIX, através dos trabalhos de *colação* (confrontação ou comparação de determinado tipo de texto com outro) e edição efetuados por L. Konstantin von Tischendorf. As pesquisas de WH⁴ constituíram o clímax desta ruptura, assumindo, desde então, o seu texto o lugar do *Textus Receptus*.⁵

A rejeição ao *textus receptus*, porém, não foi unânime entre os eruditos, sendo que algumas vozes, como a de John William Burgon,⁶ levantaram-se e criticaram veementemente as teorias de WH. A partir de então, destacaram-se duas linhas principais e diametralmente opostas com relação ao texto bizantino: aquela partidária de WH e a que acatava os posicionamentos de Burgon.

Uma terceira atitude envolve o que se poderia chamar de *abordagem eclética* — a não preferência por nenhum tipo particular de texto e o não favorecimento de qualquer manuscrito. Aqueles que lançam mão desse método tendem a considerar as diversas variantes existentes, independentemente de sua origem. O julgamento é feito no nível das variantes, com base em critérios internos, tencionando identificar o texto mais próximo do original. Este tipo de abordagem, ainda que tente incluir as diversas variantes existentes, revela-se certamente subjetivo, pois, de certa forma, fica a critério do exegeta a

⁴ F. J. A. Hort e B. F. Westcott foram líderes anglicanos de grande influência nas últimas décadas do século XIX. Westcott foi bispo em Durham e Hort lecionou em Cambridge. Os comentários, na área do Novo Testamento, escritos por Westcott, são considerados, ainda hoje, clássicos da literatura cristã (Cf. PICKERING, 1980: 212). Embora a discussão das teorias de Westcott-Hort não ocorra em larga escala no Brasil, recomendo a leitura do artigo de ANGLADA, 1996: 15-30.

⁵ Um resumo deste período de transição e da suplantação do *textus receptus* pode ser examinado em COLWELL, 1969: 16-39.

⁶ Decano de Chichester, foi um dos grandes defensores do texto bizantino, dedicando-se ao seu estudo, especialmente nas últimas décadas do século XIX (Cf. METZGER, 1992: 135).

escolha das variantes.

Todavia, mesmo em meios ecléticos, o texto bizantino não tem sido levado em consideração pela maior parte dos críticos. Considere-se, a título de exemplo, a posição de J. Harold Greenlee, o qual, mesmo admitindo a possibilidade de, em alguns casos, as leituras bizantinas não deverem ser rejeitadas automaticamente (sem um exame acurado), escreve: "...a impressão geral dada por variantes fundamentalmente bizantinas é de caráter inferior e, provavelmente, não original". (GREENLEE, 1964: 91.)

A crescente ascensão da abordagem eclética, vinculada à também crescente ênfase nos critérios internos para escolha de variantes, tem feito surgir uma boa dose de desencanto com relação aos principais elementos das teorias de WH, não obstante o texto bizantino ainda continuar sendo genericamente desconsiderado.

AS TEORIAS DE WESTCOTT E HORT

Ao que tudo indica, há um consenso geral, entre os modernos críticos do Novo Testamento grego, no que diz respeito à inutilidade do texto bizantino para a recuperação dos autógrafos do livro sagrado. Essa posição encontra seu fundamento em uma teoria consagrada, que afirma ser o texto bizantino oriundo de manuscritos mais recentes.

WH, os principais mentores dessa postura, defendiam a idéia da restauração do melhor texto do Novo Testamento grego, sedimentados em dois manuscritos maiúsculos do séc. IV d.C. — o Sinaítico (Álefe) e o Vaticano (B). (WESTCOTT, B.F. e HORT, 1882: 150-151). Eles o denominaram de texto *neutro*, destacando a sua (suposta) ancestralidade, pureza e preeminência. Além disso, partiam do pressuposto de que ocorrera uma revisão erudita desse texto; alcuñharam-no de *alexandrino* (*Ibid.*, p. 210-212.). Em nossos dias, os críticos neotestamentários, em geral, não sustentam essa diferença entre os textos neutro e alexandrino, procurando reunir os manuscritos de ambos em um só grupo. Afirmam que a coleção completa de *testemunhos* (manuscritos, versões ou citações patrísticas que confirmam ou contrariam determinada variante) representa uma modalidade de texto alexandrino, também chamado de *egípcio*. A existência

desse texto na Antigüidade é comprovada por citações de Orígenes, pelas versões egípcias e, mais particularmente, pelo papiro de número 75.

Um outro tipo de texto também considerado antigo por WH (e por outros estudiosos da área) é o denominado *occidental*. Muito embora esse texto seja menos homogêneo do que o alexandrino, a sua idade não é questionada, pelo fato de haver uma ampla atestação, proveniente da patrística, que apresenta um número ainda maior de testemunhos, e ainda mais antigos do que aqueles do alexandrino. WH pouco valorizaram o texto ocidental e asseveravam ser ele corrupto e indigno de confiança, salvo em alguns casos de omissão.⁷ Atualmente a opinião dos eruditos varia consideravelmente. Muitos se dispõem a conceder um espaço mais amplo às variantes do texto ocidental, contrapondo-se a WH; outros estão convictos de que esse tipo de texto preserva os autógrafos mais fielmente do que o egípcio. De qualquer forma, a maioria dos estudiosos do Novo Testamento grego assevera que as variantes de ambos os textos são mais antigas do que as do bizantino.⁸

WH apresentaram alguns argumentos fundamentais, que, de uma forma ou de outra, continuam sendo utilizados, com o intuito de demonstrar que o texto bizantino é oriundo dos outros tipos de texto. Esses argumentos serão expostos e discutidos a seguir.

O ARGUMENTO CONCERNENTE À GENEALOGIA

Esta hipótese reivindica que todos os manuscritos de um mesmo tipo de texto, não importando quão numerosos possam ser, descendem de um único *arquétipo* (exemplar padrão). Em conseqüência, somente a forma do arquétipo deve ser levada em consideração, tornando-se assim um único testemunho, que concorre somente com os testemunhos-modelo únicos dos outros tipos de texto. Esse argumento, fundamentado em um suposto diagrama genealógico, elimi-

⁷ WH cognominaram estas omissões de "interpolações não-ocidentais". Para um aprofundamento nesse assunto, cf. WESTCOTT e HORT, 1882: 234-237.

⁸ Um outro grupo de estudiosos ainda fala de um quarto tipo de texto, o chamado cesareense. Descoberto mais tarde do que os anteriores a partir do estudo do grupo de manuscritos de Lake ou família 1, essa forma textual possui um número reduzido de variantes próprias e apresenta afinidades com os textos alexandrino e ocidental (cf. METZGER, 1992: 214-215).

na, efetivamente, na visão de WH (WESTCOTT e HORT, 1982: 57) o problema da superioridade numérica do texto bizantino, defendendo a prática da classificação dos numerosos testemunhos manuscrito-lógicos existentes em quatro grupos principais: neutro, alexandrino, ocidental e siríaco.

O argumento da conflação

Conflação é a combinação de leituras de duas ou mais fontes documentais. Ela era reputada como prevalecte entre manuscritos da era bizantina, não ocorrendo, todavia, em documentos alexandrinos e ocidentais. Esse argumento supõe ser o texto bizantino de idade recente, havendo surgido das combinações de leituras dos tipos de texto mais antigos.

WH listaram oito exemplos de leituras de conflação (*Ibid*, p. 93-104.), sendo quatro em Marcos e quatro em Lucas.⁹ Em tais exemplos, as leituras dividem-se em três variantes. Uma variante é atestada por testemunhos alexandrinos; uma outra, por ocidentais; e a terceira combina as duas leituras menores, originando assim uma leitura maior, que é a dos testemunhos bizantinos. O último dos oito exemplos citados (Lucas 24.53) pode ser usado como ilustração (PICKERING, 1980: 180).

VARIANTES TEXTUAIS	TESTEMUNHOS	TIPOS DE TEXTO
ainoûntes (louvando)	D it ^{pt}	Ocidental
eulogoûntes (abençoando)	⁷⁵ p Álefe B C L cop sy s, pal	Alexandrino
ainoûntes kai eulogoûntes (louvando e abençoando)	² Byz A C K W X Q P Y 063 1 13 p ^l it ^{pt} vg sy P, h Diatessa- ração	Bizantino

Assim, de acordo com o argumento e o exemplo expostos, os editores bizantinos possuiriam manuscritos com a variante do texto ocidental “ainoûntes” (“louvando”) e também manuscritos do texto alexandrino “eulogoûntes” (“abençoando”). Uma vez que nada se desejava perder, combinavam-se as duas leituras. Assim, a variante

⁹ As oito passagens dos Evangelhos são: Mc 6.33; 8.26; 9.38,49; Lc 9.10; 11.54; 12.18; 24.53.

mais longa parecia demonstrar a época menos remota do texto bizantino e o método de seus editores.

O argumento referente ao silêncio dos pais da igreja

Há citações nos escritos dos pais da igreja que fundamentam o texto alexandrino (especialmente as de Orígenes), e muitos pais da igreja também dão testemunho do texto ocidental. WH sustentaram que nenhum testemunho há (por parte dos Pais) referente ao texto bizantino antes da metade do quarto século d.C. (WESTCOTT e HORT, 1982: 115). E, se não foi usado ou citado, conclui-se logicamente que ele não pode ter existido naquela época.

O argumento da recensão luciânica

O texto bizantino, de acordo com WH, foi alvo de um processo deliberado de crítica efetuado entre os anos 250 e 350 d.C. (*Ibid.*, p.137.). Como se sabe, a recensão refere-se a um trabalho de revisão e edição textual. O argumento diz respeito às correções empreendidas por Luciano de Antioquia, especialmente acréscimos textuais, visando o seu aperfeiçoamento.

O argumento da evidência interna de variantes

Tal evidência se acha alicerçada em dois tipos de probabilidade — a *intrínseca* e a *de transcrição*. A probabilidade intrínseca orienta-se na direção do autor: que variante mais lhe parece fazer sentido e mais se adequa ao contexto, conformando-se ao seu estilo e propósito. A probabilidade de transcrição diz respeito ao copista: que variante pode ser atribuída ao seu descuido ou à sua ineficiência. Não levando em consideração os erros involuntários, presumivelmente, foram as mudanças deliberadas que originaram os dois mais importantes cânones da crítica textual: *brevior lectio potior*, isto é, “a leitura mais curta deve ser a preferida”, assumindo-se a propensão do escriba para adicionar material ao texto; e *proclivi lectioni praestat ardua*, ou seja, “a leitura mais difícil deve ser a preferida”, assumindo-se a tendência do escriba para tentar simplificar o texto

ao ser confrontado com uma suposta dificuldade.

Com fundamento nessas considerações, WH declaram ser o texto bizantino caracterizado por lucidez e inteireza, aparente simplicidade e assimilação harmônica, uma vez que as suas leituras, com raras exceções, correm lisa e facilmente, produzindo um sentido aceitável para o leitor (*Ibid.*, p.115-116).

Ao rejeitarem o texto bizantino, conseqüentemente, os seguidores de WH, almejando restaurar o texto verdadeiro do Novo Testamento grego, realizam sua tarefa procurando combinar os testemunhos não-bizantinos. Se tais testemunhos se dividem, o texto verdadeiro deve ser encontrado no tipo de texto alexandrino. Se neste há descordo, ela pode ser encontrada onde Álefe e B coincidem. Em caso de divergência, a leitura correta será aquela em que B e pelo menos um outro testemunho estão de acordo. E, em certas ocasiões, somente B é seguido. Contudo, uma variante não pode ser atestada, sob hipótese alguma, considerando-se somente o volume de manuscritos bizantinos, mesmo se forem eles o único recurso disponível.

A CRÍTICA ÀS TEORIAS DE WESTCOTT E HORT

A genealogia

Já mencionamos alhures não somente a definição de WH (*Ibid.*, p. 57) com respeito à genealogia, como também a suposta utilização desse método por eles. Eruditos, como E. C. Colwell, (COLWELL, 1969: 111-112) não aceitaram, todavia, o método da genealogia, nem mesmo acreditaram que WH o tivessem aplicado na restauração dos escritos do Novo Testamento, uma vez que a maior parte dos seus argumentos, nesse sentido, foi de caráter hipotético. Assim, como poderiam falar de simples “ambigüidades ocasionais na evidência das relações genealógicas”, ou ainda afirmar que “os resultados textuais advindos destas relações são perfeitamente certos”, quando não demonstraram a existência de quaisquer das alegadas relações — muito menos com “perfeita certeza”? (WESTCOTT e HORT, 1982: 63).

Um outro desafio à aplicação do método genealógico aos manuscritos do Novo Testamento grego surge da presença quase uni-

versal da chamada *mistura*, isto é, a combinação de variantes de tipos de texto diferentes nestes manuscritos.

Apesar das dificuldades, o método genealógico, desde WH até os nossos dias, tem sido canonicamente empregado na reconstituição dos livros do Novo Testamento.

A conflação

Variantes de conflação têm sido um dos principais sustentáculos das teorias de WH para demonstrar que o texto siríaco é mais recente do que os outros tipos de texto (METZGER, 1992: 131).. Essas confluções levaram à conclusão de que as mudanças textuais haviam ocorrido em uma direção, a saber, na do texto siríaco que, na sua inteireza, seria resultado de manuscritos alexandrinos e ocidentais, e, por isso, um texto de variantes mais recentes (WESTCOTT e HORT, 1982: 106). Aliás, para os defensores das teorias de WH, quando o texto bizantino se apresenta mais longo, isso sinaliza uma conflação; quando se mostra mais curto caracteriza uma redução ou resumo. Foi elaborada ainda uma terceira conclusão: já que os editores siríacos usaram os manuscritos alexandrinos e ocidentais na elaboração das confluções, eles devem ter feito um uso livre deles na editoração dos seus textos.

J. W. Burgon (1883: 258) recusou esses argumentos com vigor, por não dizerem respeito àquilo que realmente poderia ser classificado como conflação, sem se mencionar o fato de os exemplos serem muito poucos para sustentarem uma teoria tão abrangente.

Em linhas gerais, a crítica de John William Burgon possui seu valor, mas ela também não justifica, por outro lado, assumirmos uma posição inflexível, afirmando que as variantes de conflação sejam necessariamente as originais.²⁶ ¹⁰ A evidência existente, no momento, patenteia que tais leituras não são uma prova de edição recente, devendo, na verdade, remontar ao segundo século d.C. Se aceitarmos isso como verdadeiro, mesmo para algu-

¹⁰ Estudando os exemplos de conflação dados por WH, J. W. Burgon procurou provar que os textos alexandrino e ocidental seriam um resumo do texto tradicional (Cf. *Ibid.* p. 258-265).

mas variantes de confluência, torna-se inválida a utilização de alguns dos exemplos apontados, na intenção de provar ser o texto siríaco resultado de um recente processo editorial. Algumas confluências bizantinas têm demonstrado ser de idade antiga. Ainda que não seja tão comum encontrarmos variantes semelhantes ao exemplo de confluência no texto siríaco, na realidade existem outras, além das reconhecidas por WH.

Em João 10.19, por exemplo, a divisão de manuscritos que atestam as diversas leituras constitui um corte tão evidente, em termos de tipos de texto, quanto em Lucas 24.53, um dos exemplos dados por WH (PICKERING, 1980: 180).

Analisemos esse exemplo a partir do quadro a seguir (STURZ, 1984: 84, 151):

Variantes Textuais	Testemunhos	Tipos de Texto
skhísma/oûn (divisão/portanto)	D 1241 r ¹ sy (bo)	Ocidental
skhísma/pálin (divisão/de novo)	p ⁴⁵ p ⁷⁵ Álefe B L W X 33 157 213 249 lat sa arm; WH	Alexandrino
skhísma/oûn/pálin (divisão/portanto/de novo)	p ⁶⁶ A G D Q L P y unc ⁷ I f pl (bo) sy P Chr Cyr Kj	Bizantino

Em João 10.31, há outra divisão dos textos, não menos clara, na qual estão envolvidos quatro tipos (*Ibid*):

VARIANTES TEXTUAIS	TESTEMUNHOS	TIPOS DE TEXTO
ebástassan (pegaram)	p ⁴⁵ Q (co) (vg)	Cesarense
ebástassan/oûn (pegaram/portanto)	D f 1780 pc (lat) (co)	Ocidental
ebástassan/pálin (pegaram/de novo)	(p ⁷⁵) Álefe B l W 33 go (sa) (sy) Ath Aug; WH	Alexandrino
ebástassan/oûn/pálin (pegaram/portanto/de novo)	p ⁶⁶ A X P unc ^{ent} l 565 pl (sy) KH	Bizantino

Casos como esses teriam sustentado as teorias de WH referentes à confluência se eles tivessem sido trazidos à tona na sua época. Hoje em dia, não mais auxiliam esse tipo de teoria, pois cada uma destas variantes de confluência já possui seu suporte em papiros antigos. No texto de João 10.19, enquanto p⁴⁵ e p⁷⁵ abalizam a variante alexandrina, o que se lê no p⁶⁶, o papiro mais antigo, é: “*skhís-*

ma/oûn/pálin”. Em João 10.31, a variante de confluência é fundamentada por p⁶⁶, e a menor, “*ebástassan*”, por p⁴⁵. Se p⁷⁵ alicerça qualquer uma destas variantes, aparentemente será a alexandrina: “*ebástassan/pálin*”.

A confluência também não se limita ao texto bizantino, como afirmaram WH (WESTCOTT e HORT, 1982: 106). Colossenses 3.17 até poderia ser um exemplo daquilo que eles chamariam de confluência — encontrado no texto siríaco; contudo, este exemplo se acha no maiúsculo Álefe (STURZ, 1984: 85):

VARIANTES	TESTEMUNHOS
Kyríou Iessoû (<i>do Senhor Jesus</i>)	B <i>pl</i> Byz
Iessoû Khristoû (<i>de Jesus Cristo</i>)	A C D ^B F ^B G ^B
Kyríou (<i>do Senhor</i>)	L
Kyríou Iessoû K hristoû (<i>do Senhor Jesus Cristo</i>)	Álefe vg ^c (Cl) Ant

Colossenses 1.12 é mais um trecho que evidencia o fenômeno da confluência fora do texto siríaco; desta feita, o exemplo encontra-se no maiúsculo B (*Ibid.*, p. 87):

VARIANTES	TESTEMUNHOS
tôi hikanóssanti (<i>aos que qualificou</i>)	p ⁴⁶ Álefe A C D ^c E K L P <i>pl</i> ; W H
tôi kaléssanti (<i>aos que chamou</i>)	D * F G <i>pc</i> d e f m
tôi kaléssanti/kai/hikanóssanti (<i>aos que chamou/qualificou</i>)	B

Daí, ao aplicar os princípios de WH a estas passagens, o exegeta terá que admitir: uma vez que um texto representado pelos principais unciais (Álefe e B) posiciona-se em linha de confluência com outros, eles teriam de ser mais recentes; e os outros, mais antigos do que eles.

O silêncio dos pais

Um dos argumentos mais veementes de WH diz respeito à ausência de evidência patrística no texto bizantino. Na verdade, a aparente omissão dos mais antigos pais, não citando o texto siríaco até a

época de Crisóstomo,¹¹ foi tomada como prova irrefutável da não existência desse tipo de texto. Todavia, é preciso considerar que algumas dessas citações têm sido encontradas mais recentemente como suporte de leituras bizantinas. O problema é que, ao serem analisadas, elas geralmente têm sido rejeitadas como evidência para a antiga existência, seja do texto siríaco, seja da variante em questão. Afirma-se que os textos dos pais foram assimilados à norma bizantina por escribas bizantinos, à medida que estes copiavam os manuscritos (WESTCOTT e HORT, 1982: 110-111). Conseqüentemente, argumenta-se ainda que a citação de um antigo Pai só pode ser considerada segura se ela não concordar com a *koiné*.

Ainda que alguma assimilação dos textos dos pais à norma bizantina tenha de fato ocorrido, não existe a menor dúvida de que leituras bizantinas foram atestadas pela patrística antes de Nicéia (325 d.C.). Vários exemplos disto podem ser arrolados: Lucas 10.21, Clemente de Alexandria; Lucas 12.5, Tertuliano; Lucas 12.22, Clemente de Alexandria; Lucas 12.31, Clemente de Alexandria e Marcião; João 2.24, Orígenes. Orígenes também atesta João 4.31 e João 13.26. Nas epístolas é possível identificar os seguintes exemplos de evidência patrística: Romanos 10.14, Clemente de Alexandria; 1 Coríntios 4.11, Clemente de Alexandria e Orígenes; 1 Coríntios 5.10, Orígenes; 1 Coríntios 7.5, Orígenes; 1 Coríntios 7.7, Orígenes; 1 Coríntios 9.21, Orígenes; Efésios 2.12, Orígenes e Tertuliano; Filipenses 1.14, Marcião; Hebreus 11.32, Clemente de Alexandria; 1 Pedro 2.5, Clemente de Alexandria e Orígenes (STURZ, 1984: 79).

Diante disso, mesmo admitindo ser Crisóstomo o mais antigo pai da igreja, cujos escritos contêm substancial citação antioquena, algumas considerações devem ser feitas no que se refere ao argumento sobre o silêncio dos mesmos.

Em primeiro lugar, esse argumento não pode ser considerado relevante com base exclusivamente no próprio *silêncio*, ou seja, na ausência de citações. A lógica clássica nos permite concluir que se A é B, e C é A, então C é B. Mas se C não é A, não se pode concluir, com certeza, que C não seja B.

¹¹ João Crisóstomo (o Boca de Ouro), falecido em 407 d.C., foi até 397 pregador na Igreja de Antioquia (Cf. ALTANER, B., STUBIER, A., 1972: 324-325).

Em segundo lugar, invocam-se Pais de localidades não-síriacas. Ora, um dos valores fundamentais de um Pai da Igreja é justamente correlacionar o tipo de texto corrente ao seu local de origem, uma vez que sua época e residência sejam conhecidas. Assim, Irineu morava na Gália e usava o texto ocidental; Orígenes é um dos pilares para os textos alexandrino e cesarense, já que ele viveu em ambos os lugares. Não é, pois, de se esperar que esses Pais dêem testemunho de um tipo de texto usado (ou não usado) em Antioquia, quando eles provinham de locais relacionados com outros tipos de texto. Em outras palavras: se Irineu viveu no segundo século d.C., e Orígenes no terceiro, o fato de as citações de Irineu não abalizarem os textos utilizados por Orígenes, mais tarde no Egito, não pode ser prova de que esse tipo de texto alexandrino não existisse antes de Orígenes.

Em terceiro lugar, esse argumento está em estreita relação com Antioquia. Defensores da teoria de WH afirmam que Crisóstomo é o Pai mais antigo a usar o texto bizantino. Contudo, eles normalmente esquecem não haver Pais antioquenos antigos cujos remanescentes literários sejam suficientemente extensos, a ponto de suas citações do Novo Testamento serem analisadas no que se refere ao tipo de texto que abalizam.

O argumento vinculado ao silêncio dos Pais tem recebido mais peso do que ele realmente pode suportar. Como poderiam Pais de outras áreas, usando outros tipos de textos locais, ter condições de testemunhar o texto antioqueno (bizantino)? Como se poderia esperar que o texto antioqueno fosse atestado por Pais que nos legaram poucos escritos (ou mesmo nenhum)? Pode-se acrescentar ainda: já que o objetivo das citações era teológico (e não crítico), os Pais freqüentemente alteravam leituras que não se moldavam aos seus propósitos dogmáticos. Assim, dificilmente se pode ter certeza de que determinado Pai está citando um manuscrito fiel ao texto posto diante dele.

Finalmente, deve-se deixar claro que os papiros que fundamentam variantes bizantinas e os *alinhamentos bizantino-ocidentais*¹² fornecem

¹² No sexto capítulo de sua obra (p. 70-76), Sturz defende a tese de que "alinhamentos bizantino-ocidentais" remontam, independentemente, ao século II d.C., havendo-se originado no Oriente; ou seja: papiros egípcios atestam a existência de variantes no lado oriental do Império Romano, nas quais testemunhos bizantinos e ocidentais concordam e, ao mesmo tempo, opõem-se às alexandrinas. A defesa de WH de que tais alinhamentos

testemunho mais confiável da existência destas variantes na antiguidade do que as alegadas citações de cópias recentes dos “antigos pais”.

A recensão luciânica

Johann Leonhard Hug postulou três recensões no século III d.C.: uma efetuada por Orígenes, na Palestina; outra realizada por Hesíquio, no Egito; e outra ainda, encabeçada por Luciano, em Antioquia (METZGER, 1992: 123) WH rejeitaram certos aspectos da teoria de Hug — especialmente o da recensão hesiquiana (incluindo Álefe e B). Todavia, aceitaram que Luciano, de fato, submeteu o texto siríaco a um trabalho de revisão crítica (*Ibid.*, p. 141).

B. Metzger dá algum crédito a essa teoria, embora admita ser *nebulosa* sua ligação com o texto bizantino. Pela carência de evidências históricas, informações tangentes à recensão luciânica restringem-se aos “manuscritos que, supostamente, a contêm”. Quanto a isto, ele afirma:

Nada nos é dito quanto à importância da revisão que ele levou a cabo quer no Velho, quer no Novo Testamento, no que concerne à natureza dos manuscritos por ele consultados, no que se refere à relação deste trabalho com a Héxapla e outros problemas similares. Para termos informação sobre tais problemas, devemos voltar para os manuscritos que se pensa que contêm a recensão luciânica. (*Ibid.*, p. 6-7)

O silêncio da história tem sido uma importante evidência externa de que tal recensão nunca ocorreu. Diante da ausência de testemunhos coerentes, diz J. W. Burgon: “É simplesmente impossível que um acontecimento de tal grandeza e interesse não deixasse qualquer vestígio na história” (BURGON, 1975: 293).

O argumento do silêncio é frágil por várias outras razões. Primeiramente, tal silêncio é *inexplicável*: não se esperaria uma forte reação pela reposição de todo o Novo Testamento grego? Em segundo lugar, ele é *total* — não há qualquer registro de uma recensão que tenha como resultado a superação do texto de Antioquia.

bizantino-ocidentais não são evidências de peso, porque o texto bizantino foi parcialmente formado por manuscritos ocidentais, tem, de fato, sido revertida, pelo fato de tais alinhamentos evidenciarem que este texto preservou uma forma bastante antiga e usada no Oriente, antes mesmo de adotada no Ocidente.

A evidência interna de variantes

No que tange à evidência interna de variantes, fator predominante para a opção pelo texto neutro, em detrimento do ocidental e do alexandrino, os próprios WH reconheceram os empecilhos. No seu parecer, a busca de um fundamento original pode levar a conclusões contraditórias, uma vez que se pode partir de fontes diversas.

As dificuldades concernentes à evidência interna também têm sido alvo de atenção, quando se discute o ecletismo. Entre outros estudiosos, W. N. Pickering (PICKERING, 1980: 78), no que diz respeito ao uso da probabilidade intrínseca e à utilização daquela concernente à transcrição, também concorda em afirmar que estes critérios geralmente se chocam, porque antigos escribas e modernos editores têm evidenciado preferência pela leitura que melhor se acomoda ao contexto. Isso, obviamente, deixa o crítico textual livre para escolher as variantes, de acordo com o seu próprio julgamento. J. W. Burgon (BURGON, 1075: 67), aludindo a considerações internas, afirmou que, em geral, elas são de caráter subjetivo e não poucas vezes contraditório.

A variante mais curta

Provavelmente o cânon mais largamente utilizado contra o texto bizantino seja *brevior lectio potior*, ou seja, “*a leitura mais curta deve ser a preferida*”. A própria base desse cânon se encontra em WH (WESTCOTT e HORT, 1982: 235), ao dizerem que, tanto no Novo Testamento, como em quase todos os escritos prosaicos copiados, há corrupções por interpolação muitas vezes mais numerosas do que corrupções por omissão. Sendo assim, eles afirmavam que o *textus receptus* era caracterizado por interpolações, o que não acontece com B e Álefe.

Contudo, até que ponto é realmente verdadeiro afirmar-se que interpolações são muitas vezes mais numerosas do que omissões na transmissão do Novo Testamento? Já na época de WH, J. W. Burgon (1975: 156) destacou o fato de que as omissões voluntárias ou involuntárias dos escribas eram mais prováveis do que acréscimos a um estilo conciso, em uma época posterior, visando à inteireza e lucidez.

E. C. Colwell (1969: 112, 116, 118, 119, 123), o qual publicou um tratado ímpar sobre os hábitos dos escribas, particularmente dos antigos papiros p⁴⁵, p⁴⁶ e p⁷⁵, concordaria inteiramente com isso. Colwell demonstrou que nunca se poderia fazer generalizações sobre os hábitos dos escribas. Afirmou ainda que idéias sobre variantes textuais e tipos de texto fundamentadas em tais generalizações são totalmente inválidas.

A variante mais difícil

Outro cânon usado contra o texto bizantino é *proclive lectioni praestat ardua*, o qual dá preferência à variante mais difícil. A base para este cânon acha-se na suposta propensão de escribas para simplificar ou modificar o texto, quando eles se deparavam com uma dificuldade ou com algo que não entendiam.

São oportunas, nesse sentido, as observações de B. Metzger, na sua nota referente a Jerônimo:

Jerônimo queixou-se de copistas que anotavam não aquilo que encontravam, mas aquilo que pensavam ser o significado e, enquanto tentavam retificar os erros de outros, simplesmente acabavam expondo os seus próprios (METZGER, 1992: 195).

Percebe-se, por esta observação, que é possível fazer conjecturas sobre o que parecem ser leituras mais difíceis; na verdade, tais leituras acabam sendo avaliadas como espúrias. O mesmo erudito, após narrar um incidente ocorrido na Assembléia dos Bispos de Chipre, em 350 d.C., conclui:

Apesar do cuidado de autoridades eclesiásticas da índole do Bispo Esperidião, parece que, mesmo através de um exame casual do aparato crítico, escribas, diante de erros reais ou imaginários de ortografia ou de fatos históricos, deliberadamente introduziram mudanças naquilo que estavam transcrevendo (*Ibid.*, p. 196).

De qualquer modo, o fato de muitos, no séc. II d.C., terem deliberadamente efetuado mudanças no texto, levanta uma certa gama de problemas. Isto é: uma vez que alguém se acha no direito de adulterar o texto, inclusive por razões de ordem doutrinária, não nos parece possível avaliar o grau de dificuldade desse resultado, pelo próprio fato de não podermos detectar que fatores influenciaram o originador da variante. Um outro problema desse cânon é sua vulnerabili-

dade à manipulação de uma imaginação habilidosa — com suficiente engenhosidade, praticamente qualquer variante pode ser preparada no intuito de ser convincente.

J. W. Burgon chamou a atenção para o perigo relacionado com o uso de um sistema rígido de cânones, pelo simples fato de, comumente, os seus usuários tornarem-se escravos dele (BURGON, 1975: 66).

CONCLUSÃO

Examinando-se o aparato crítico relacionado com as duas principais variantes textuais encontradas em 1 Timóteo 3.16, depara-se o exegeta, nas atuais e mais manuseadas edições do Novo Testamento grego¹³, com o seguinte problema: uma vez que os editores deram preferência à variante “*hós*” (“*quem*”), de gênero masculino, como efetuar a concordância com os antecedentes: “*eussebeías mystérion*” (“*mistério da piedade*”), sendo o primeiro termo de gênero feminino e o segundo neutro?

Esse exemplo aponta para as duas linhas básicas por nós expostas e, atualmente, em debate no campo da crítica textual do Novo Testamento. A primeira refere-se aos seguidores de WH, os quais — firmados nos unciais gregos mais antigos, especialmente em B, bem como na regra referente à evidência interna de leituras (“a partir da variante preferida devem ser as outras variantes explicadas”) — afirmam ser “*hós*” (“*quem*”) o texto original. Além disso, acrescentam que as letras gregas maiúsculas OS e QS se diferenciam somente pelo traço dentro do O e pelo traço sobre as duas letras, como sinal da abreviatura do nome sagrado QEOS. Percebe-se claramente que “*hós*” (“*quem*”) foi corrigido para “*theós*” (“*Deus*”). Os Westcott-Hortianos afirmam ser a segunda parte de 1 Timóteo 3.16 uma citação direta de um primitivo hino cristológico que, como tal, em sua forma poética, possui liberdade para a imprecisão gramatical — “*hós*” (“*quem*”) referir-se-ia à pessoa de Cristo (ZIMMERMANN, 1982: 49, 203, 204).

Já os seguidores de J. W. Burgon, ao apelarem para a grande

¹³ Novum Testamentum Graece, 1993 (Nestle-Aland²⁷) e The Greek New Testament, 1994 (UBS⁴).

quantidade de documentos minúsculos gregos menos antigos asseveraram ser “*theós*” (“*Deus*”) a leitura original.¹⁴ Dizem que o trecho possui, simplesmente, qualidades poéticas, não dando direito a qualquer espécie de incongruência gramatical: “*theós*” (“*Deus*”), sendo do gênero masculino e estando no caso nominativo, iniciaria a segunda parte do versículo 16, atribuindo à pessoa do Senhor Jesus Cristo a deidade que lhe é devida. Nesse caso, o copista, involuntariamente, ter-se-ia enganado ao escrever “*hós*” (“*quem*”) em lugar de “*theós*” (“*Deus*”), já que, em caracteres maiúsculos, a diferença podia facilmente passar despercebida.

Com esse exemplo, almejamos exemplificar que, muito embora não seja essa uma dificuldade textual crucial para a compreensão do versículo em pauta, o teólogo responsável pela exegese ou pela tradução desse texto terá de abraçar, de início, uma das correntes crítico-textuais.

À guisa de conclusão, poderíamos propor o seguinte: as variantes bizantinas são antigas e o texto bizantino, no sentido de WH, é *ineditado* (independente). A saber: não sendo produção dos textos alexandrino e ocidental, não depende deles, no que respeita à sua atestação de variantes antigas.

Em decorrência disso, o texto bizantino constitui um testemunho adicional, ao lado dos tipos de texto alexandrino e ocidental, remontando ao século II d.C. as suas variantes. Parece razoável concluir que ao texto bizantino deva ser dado o mesmo peso concedido aos textos alexandrino e ocidental, no processo de avaliação da *evidência externa de variantes*.

Em outras palavras, muito trabalho em torno da restauração do texto original do Novo Testamento ainda há de ser levado adiante. Certamente, intenso debate tem havido desde as últimas décadas do século passado, quando WH desafiaram a supremacia do *textus receptus*. Por outro lado, o questionamento de suas teorias, em seus pressupostos teológicos e no emprego dos métodos manuscritológicos, também tem enriquecido os labores da crítica textual, estimulando contínuas pesquisas e, conseqüentemente, o surgimento de no-

¹⁴ M (gótico) em *Novum Testamentum Graece*. Jakob van Bruggen dá-nos, aliás, boas razões para a utilização desses manuscritos minúsculos (Cf. BRUGGEN, 1975: 22-29).

vas discussões acadêmicas. Isso tem evitado a supremacia de quaisquer das principais linhas em confronto, a saber, os seguidores de Westcott-Hort e os discípulos de Burgon.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAND, K. e ALAND, B. *Der Text des Neuen Testaments*. 26. Aufl. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1982, pp. 60-81;

ALTANER, B., STUBIER, A. *Patrologia - Vida, Obras e Doutrina dos Padres da Igreja*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1972, pp. 324-325).

ANGLADA, Paulo. *A Teoria de Westcott e Hort e o Texto Grego do Novo Testamento: Um Ensaio em Manuscritologia Bíblica, Fides Reformata*, vol. 1:2, 1996, pp. 15-30.

BRUGGEN, J. van. *De Tekst van het Nieuwe Testament*. Groningen: Uitgeverij De Vuurbaak, 1975., pp. 22-29).

BURGON, J. W. *The Revision Revised*. Londres: John Murray, 1883, p. 258.

COLWELL, Ernest C. *Studies in Methodology in Textual Criticism of the New Testament*. Leiden: E. J. Brill, 1969, pp. 16-39.

GREENLEE, J. H. *Introduction to the New Testament Textual Criticism*. Grand Rapids: Eerdmans, 1964, p. 91.

KÜMMEL, Werner G. *Introduction to the New Testament*. New York: Abingdon, 1966, pp. 722-731;

METZGER, Bruce M. *The Text of the New Testament: Its Transmission, Corruption, and Restoration*. 3ª ed. aum. Oxford: Oxford University Press, 1992, p. 135

PICKERING, Wilbur N. *The Identity of the New Testament Text*. Nashville: Thomas Nelson, 1980, p. 212

STURZ, Harry A. *The Byzantine Text-Type and New Testament Textual Criticism*. Nashville: Thomas Nelson, 1984, p. 84, 151.

WESTCOTT, B.F. e HORT, F. J. A. *Introduction to the New Testament in the Original Greek – with notes on selected readings*. Peabody: Hendrickson, 1882, pp. 150-151.

ZIMMERMANN, H. *Neutestamentliche Methodenlehre - Darstellung der Historisch-Kritischen Methode*. 7. Aufl. Stuttgart: Verlag Katholisches Bibelwerk, 1982, pp. 39-40.